

operacionalizado em relação, pela ordem, aos acionistas que detiverem, individualmente, a maior quantidade de ações da sociedade, com o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de desejo de exercer a preferência e sucessivamente até o último acionista, sempre respeitando o prazo acima PARÁGRAFO 2º Após a verificação dos acionistas interessados na compra de ações, e havendo mais de um acionista interessado em exercer o direito de compra, a cessão das ações será realizada na proporção das respectivas participações de cada acionista no capital social da Companhia ajustado. Se apenas um acionista interessado na compra de ações, o mesmo poderá adquirir a totalidade das ações que estão sendo vendidas. PARÁGRAFO 3º Havendo a solicitação de maior prazo para a consulta dos acionistas, o Conselho de Administração da sociedade, por carta devidamente motivada e com prova de recebimento, antes de vencido o prazo, solicitará dilação de tempo, não superior à metade do inicial, para a satisfação do objeto, pleito que não poderá ser recusado pelo acionista ofertante PARÁGRAFO 4º Findo o prazo, no dia útil imediatamente posterior, o Conselho de Administração da sociedade, com o voto da maioria absoluta dos membros, comunicará ao acionista alienante o desinteresse dos demais acionistas na assunção das ações, e se a sociedade tem intenção de resgatar estas ações, e em sentido contrário que estaria o acionista liberado a transferir para terceiro, porém, mantendo as mesmas condições da oferta, sob pena de retornar a instauração do mesmo procedimento. PARÁGRAFO 5º Todos os atos e termos de transferência serão registrados na sociedade, não sendo necessários quaisquer atos de registro em cartório. PARÁGRAFO 6º O prazo aplicável, quando a alienação sem efeito, por deliberação da Administração da sociedade referendada na primeira Assembleia Geral PARÁGRAFO 6º Todo o novo acionista que integrar na sociedade deverá, como condição de seu ingresso, aceitar e respeitar as disposições estatutárias, bem como os acordos de acionistas devidamente arquivados, nos termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76 PARÁGRAFO 7º As ações e demais títulos de qualquer natureza não poderão ser gravados em favor de terceiros, em virtude de sua natureza, não podendo ser objeto de penhora, sendo nula a constituição de ônus efetuada em infração ao previsto neste Estatuto, sendo, inclusive, vedada a averbação nos livros da sociedade. PARÁGRAFO 8º A alienação do controle da Companhia deve ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a concretizar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, oferta de aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas, de forma a assegurar-lhes a totalidade igualitária de suas participações. PARÁGRAFO 9º A alienação de ações da Companhia UNICO Da mesma forma, havendo emissão de ações preferenciais, no caso de alienação de controle, deverá ser oferecido aos acionistas preferenciais 100% (cem por cento) do valor

oferencido aos acionistas controladores, de forma a assegurar tratamento isonômico a todos os acionistas (tag along de 100%) ARTIGO 29º "No caso de aquisição controladora, o optante por aliar-se ao controle da Companhia, terá o direito de exercer as demais ações também realizadas imediatamente antes da venda de suas respectivas ações ordinárias e/ou preferenciais para o adquirente, nas mesmas condições de preço e prazo de pagamento praticadas com o acionista controlador (drag along de 100%) CAPÍTULO IX - DA RETIRADA ARTIGO 30º "No caso de exercício do direito de retirada previsto em lei, o valor do reembolso de ações será calculado com base na avaliação patrimonial atualizada da Companhia (IPVA) e os seguintes fatores: exercício do direito de retirada, deduzindo o valor contabilizado dos referidos bens, sendo este resultado somado ao patrimônio líquido da sociedade, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e finalmente dividido pelo número de ações em circulação. ARTIGO 31º. "Os haveres serão pagos da seguinte forma: dez parcelas trimestrais, vencendo, respectivamente, em 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 24, 27, 30 meses, contados da formalização da venda, e os demais em 36 meses. Os pagamentos serão efetuados em dinheiro (IPVA) ou em ações da Companhia do Mercado, da Fundação Getúlio Vargas) e, na falta deste, por outro índice oficial que venha a substituí-lo. A atualização incidirá entre as datas da formalização da retirada e do efetivo pagamento das parcelas CAPÍTULO X - EXERCÍCIO SOCIAL ARTIGO 32º. "O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano. No encerramento do exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em Lei, observando-se, quanto à divulgação das mesmas, o disposto no artigo 173 da Lei nº 6.402/76. ARTIGO 33º. "Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o pagamento do imposto sobre a Renda. Do lucro líquido do exercício destinar-se-ão: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) Até 10% (dez por cento), conforme deliberação do Conselho de Administração, poderá ser repassado para os Diretores da Companhia, a critério de eleição, em parcelas por eles fixadas, de acordo com o estatuto, até 10% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, calculado na forma da Lei d) O saldo do lucro líquido poderá ser distribuído a título de dividendo suplementar ou ficará retido, conforme deliberar a Assembleia Geral ARTIGO 34º "Pode, ainda, a Assembleia Geral, desde que não haja oposição de quaisquer dos acionistas presentes, deliberar a distribuição de todo o lucro previsto no artigo anterior ou determinar a retenção de todo o lucro, depois de tomada a decisão anterior, para ser distribuída em uma ou várias parcelas, a critério de eleição, em contrário, pela Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social PARÁGRAFO 1º. A Sociedade

podrá levantar balanços semestrais e, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas distribuir dividendos à conta Lucros. Apurados nestes balanços, PARAGRAFO 2º. De acordo com a legislação de regência, a Sociedade poderá pagar aos seus acionistas o credial mantendo em conta de reserva para futura incorporação de capital social, juros a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, por rata dia, da taxa de juros de longo prazo – TULP ou outra que venha a substituí-la ou, ainda, de qualquer outra de interesse da S/A. Toda observação construtora financeira elaborada pela Companhia será auditar por auditores independentes. CAPÍUTULO XI – DISSOLUÇÃO – LIQUIDAÇÃO – EXTINÇÃO ARTIGO 36º. A Sociedade entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em Lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação. CAPÍUTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS ARTIGO 37º. A presente consolidação do estatuto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. E os casos não previstos, reger-se-ão pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais vigentes. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir quaisquer disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas e administradores, especialmente as questões de conflito de interesses. Curitiba, 17 de setembro de 2021 7º. ENCERRAMENTO: E, como nada mais houvesse a tratar, o Sr. Presidente assinou o presente documento. E os casos não previstos, reger-se-ão pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais vigentes, conforme a art. 130 da Lei 6.404/76, que, concluída, foi lida, aprovada e assinada pelo acionista presente BTR Participações Eireli Ao contínuo, foi dada encerrada a Assembleia Geral Extraordinária pela Presidente. A presente ata foi lavrada na forma de sumário e ser publicada na forma da Lei.

Ata registrada na Junta Comercial do Paraná sob o número 20216445256, em 24 de setembro de 2021, protocolada em 24 de setembro de 2021 sob o número 20216445256, produzida e lida e transcrita no livro de registro de atas de assembleia nº 03.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A

**EDITAL DE LICITACAO Nº 006/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 01-093.294/2021

A Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A comunica aos interessados, que fará realizar **LICITAÇÃO PÚBLICA**, cujo Edital assim se resume abaixo:

PUBLICA, cujo Edital assinado se resume abaixo:

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a seleção de interessados para aquisição de imóvel de propriedade da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., localizados na cidade de Curitiba, com as características e preço mínimo de venda constantes no ANEXO I deste Edital.

LOTE	ÁREA	LOCALIZAÇÃO	MATRÍCULA	Indicação Fiscal	ÁREA M²	VALOR / M² EM R\$	VALOR DE VENDA R\$
1	Estrada Velha do Barão	CIC	189.670-8ªC	89.160.036	2.277,68	487,77	1.110.983,97

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Serão recebidas no dia 05 de novembro de 2021 às 10h, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S/A, no seguinte endereço: Rua Barão do Rio Branco, 45 (7º Andar) - Centro, Curitiba - Paraná.

EDITAL: Poderá ser obtido junto à Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A, situada à Rua Barão do Rio Branco, n.º 45 - Centro, Curitiba - Paraná, no horário comercial (8h às 12h e das 14h às 18h), no Portal www.curitibaasa.com.br, ou solicitando pelo email dmoulcpe@curitiba.pr.gov.br.
Curitiba, 30 de setembro de 2021.

Davidson José Moulepes
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 004/2021

O Município de Mandirituba torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 05 de Novembro do ano de 2021, na Sala de Licitações da Prefeitura, situada à Praça Bom Jesus, nº 44, Centro em Mandirituba, Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM AREIA BRANCA DOS ASSIS.

Valor Total Máximo: R\$ 2.773.327,36 (dois milhões setecentos e setenta e três mil trezentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos). A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail licitacoes@mandirituba.pr.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão de Licitação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (41) 36261122 ramal 224.

Luis Antonio Biscaia - Prefeito Municipal

SOPACO - SOCIEDADE PARANÁ COMERCIAL E
IMPORTADORA LTDA
CNPJ Nº 78.143.922/0001-45 NIRE: 41201646645

CNPJ Nº 78.143.922/0001-45 NIRE: 41201646645

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

ficam convocados, senhores cotistas da SOPACO - SOCIEDADE PARANÁ COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA para a Assembleia Geral de Cotistas a se realizar no dia 11 de outubro de 2021, às 14:30 horas, que por economia de custos será realizada na sede do escritório Prolix Advogados, sito à Rua Marechal Deodoro 497, 16º Andar em Curitiba, Paraná, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Apresentação da planilha elaborada pela Dretoria com a projeção de gastos para 12 meses;
2. Aprovar a captação de recursos dos sócios, que não será via aumento de capital social, para adimplir as prestações vencidas dos débitos incluídos no REJIS e de outras despesas administrativas da Sociedade cujo valor total aproximado é de R\$ 4.744.769,89 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e sessenta e nove reais e oito e nove centavos), para garantir as despesas de 12 meses
3. Outros assuntos

Irati, 29 de setembro de 2021

Cirlei Terezinha Dellani Milla
Diretora

**SÚMULA REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO
DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

LOGY INDUSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
público que requereu à Secretana Municipal do Meio Ambiente de
ação da Licença de Operação para fabricação de produtos para
guagem definitiva, situada a Rua Said Mohamad El-Khatib n° 200,

**SÚMULA REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO
DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

LOGY INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
público que requeru à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de
ração da Licença de Operação, para fabricação de produtos para
quagem definitiva, situada à Rua Said Mohamad El-Khatib n° 200.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO
CURITIBA TURISMO



AVISO DE PATROCÍNIO - 2ª EDIÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 2/2021

O INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO – CURITIBA
TURISMO vem pelo presente EDITAL DE CHAMAMENTO
PÚBLICO, regido pelas disposições contidas na Lei Federal n.º
8.666/1993, no Decreto Municipal n.º 610/2019 e no Processo
Administrativo n.º 01-151075/2021, por meio da Comissão
Especial designada pelo Decreto Municipal n.º 877/2021,
tomar pública a publicação do edital de chamamento público
para captação de patrocínio destinado à realização do evento
NATAL DE CURITIBA - LUZ DOS PINHAIS 2021 mediante
contratação de publicidade. Em resumo:

1.1 O presente procedimento tem por objeto a seleção de propostas de interessados em patrocinar a decoração do **NATAL DE CURITIBA - LUZ DOS PINHAIS 2021**, que acontecerá no período de 21 de novembro de 2021 até 9 de janeiro de 2022, em conformidade com as especificações contidas no edital e seus anexos, que poderão ser obtidos no endereço eletrônico:

1.2 O patrocínio consiste na execução do projeto na forma solicitada no edital e autorizada pelo Município, não havendo repasse de recursos financeiros em espécie.

1.2.1 Pelo fornecimento dos itens na forma prevista neste edital, as empresas selecionadas não receberão qualquer pagamento em dinheiro por parte do Município. A única contrapartida decorrente do chamamento é a exploração de publicidade, conforme previsto no presente.

II - DA INSCRIÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS:

2.1 As propostas e os documentos para habilitação deverão ser protocolados no dia 18 de outubro de 2021, entre 9h e 11h, junto à Comissão Especial de Chamamento Público para Captação de Patrocínio e Seleção de Projetos voltados às Ações do NATAL DE CURITIBA - I.UZ DOS PINÍAIAS 2021 na sede do Instituto Municipal de Turismo - Curitiba Turismo, sigla CIUR, localizado na Praça Garibaldi, n.º 7, Palacete Wolf, bairro São Francisco, Curitiba.

Diante do quadro epidêmico do novo Coronavírus (COVID-19), as ações do Natal seguirão ao Decreto Municipal 421/2020 assim como decretos com medidas complementares para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública. Cuntiba, 30 de setembro de 2021.

Tatiana Turra Korman
Presidente da Comissão

[illegible]

3350.6620